

Perplexa e desnorçada --- Sobre as dores da esquerda no século XXI

Thomas A. Mitschein ¹

Belém (PA), 2021

¹ Sociólogo, Dr. Phil Universidade de Münster, Alemanha, Professor Adjunto do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA. Coordenador do Programa Trópico em Movimento, UFPA.

IV

Concebido por Lênin e Trotski como início de uma revolução mundial que, depois da quebra do elo mais frágil da cadeia imperialista, levaria ao desmoronamento da cadeia toda, *o outubro vermelho de 1917* revelava a profunda fé dos dois revolucionários russos na classe operária como sujeito histórico que estava predestinado para superar a lógica reprodutiva da sociedade capitalista. No entanto, já que, mesmo depois da carnificina de duas guerras mundiais, esta mesma classe deixou de assumir a sua suposta missão, a explicação deste fato acabou se tornando uma enorme dor de cabeça para os mais diversos *fellow travellers* do marxismo e do movimento operário nos países centrais do mercado mundial. Neste contexto, é digno de nota que, nos anos vinte do século passado, os bolcheviques, subsidiados pela análise de Lênin sobre “O Imperialismo como Fase Suprema do Capitalismo”, sustentavam a ideia de que, no seio da classe operária, tinha se constituído uma aristocracia de trabalho que, subornada pelos *extra-profits* que o capital monopolista abocanhava nos países (neo)coloniais, levou o operariado ao caminho do reformismo, arruinando, assim, a sua perspectiva internacionalista. E vale mencionar, também, que, depois da Segunda Guerra Mundial, uma parte da nova esquerda europeia, influenciada pelas lutas anti-imperialistas na América Latina, na África e na Ásia, defendia a hipótese de que, a partir dos mecanismos da troca desigual entre os centros e as regiões periféricas do mercado mundial, as sociedades metropolitanas tinham se transformado em “nações aristocráticas”, nas quais a classe operária inteira e não apenas uma reduzida casta de líderes das organizações políticas e sindicais dos trabalhadores participava ativamente na exploração das massas terceiro-mundistas. (Emmanuel 1972) No entanto, ambas as abordagens, por mais que possam aparecer coerentes diante da enorme e inquestionável contribuição que o colonialismo tem proporcionado para a ascensão dos centros metropolitanos do sistema capitalista, não têm consistência.

No que diz respeito à abordagem dos bolcheviques sobre a aristocracia de trabalho, ela não fornece pista nenhuma para explicar as práticas reformistas da socialdemocracia alemã, já que as tardias investidas colonialistas do governo daquele país têm sido, do ponto de vista econômico, um redondo fracasso. E quanto à hipótese de que o operariado todo nas metrópoles estaria participando da

exploração da mão de obra dos países periféricos, ela, no âmbito da crítica da economia política de Marx, levanta um problema conceitual intransponível. Considerando que as enormes diferenças no preço da mão de obra entre metrópole e periferia são a consequência do desenvolvimento do modo de produção capitalista e não a sua causa e, levando em conta ainda, que o movimento salarial é uma variável dependente da acumulação do capital, a ideia de que na relação entre a mão de obra da metrópole e a força de trabalho da periferia esteja escondida uma relação de exploração que, de antemão, impedisse qualquer política de solidariedade internacional entre ambas, carece de fundamento teórico.

Isto posto, fazemos questão de realçar que uma abordagem mais coerente da notória abstinência revolucionária da classe operária nos centros do capitalismo mundial deve dar uma atenção especial ao fato de que neles, no final do século XVIII, o eixo central dos métodos da dominação tem se deslocado, passo a passo, do poder da punição para o poder da vigilância. Trata-se de um processo que Michel Foucault (1975) analisa magistralmente no exemplo das mudanças, pelas quais passava o sistema penal da sociedade burguesa entre 1760 e 1840. Naquela época, a morte suplício “como arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em mil mortes e obtendo, antes de cessar a existência, the most exquisite agonies” (ibid, p. 31), acaba sendo substituída pela implantação de casas penitenciárias fechadas, onde os detentos eram submetidos a um regime permanente de observação com regras e códigos estabelecidos por profissionais da medicina, da psicologia, da psiquiatria e da pedagogia. Desta forma, em nome da humanização do sistema penal, os cientistas das áreas mencionadas desenvolviam as bases cognitivas de um elenco de novas técnicas de poder, fazendo com que a alma dos indivíduos vire “a prisão do corpo” (ibid, p. 42), já que os detentos, devido a vigilância, à qual estavam sujeitos, começavam a autocontrolar as suas mentes e os seus corpos. Ganhou forma, assim, uma “microfísica do poder” (Foucault) que, em virtude de sua efetividade e de seu baixo custo², começava a *produzir* indivíduos obedientes em grande escala para todos os pontos nevrálgicos (escolas, forças

² Em sua abordagem, Foucault apresenta o pan-óptico de Jeremy Bentham (1748 –1832) como modelo exemplar de uma prisão que, pela sua própria arquitetura, garante a observação completa dos reclusos sem que estes tivessem ideia alguma, de quando, efetivamente, estivessem sendo vigiados. Ou seja: Em princípio, pode se controlar dezenas de prisioneiros com um único (ou temporariamente até sem nenhum) vigilante.

armadas e setores produtivos) da sociedade burguesa. Desta maneira, a luz, encarnação emblemática da razão no tempo do esclarecimento, se transforma, de acordo com Foucault, numa armadilha. Mais luz significa mais transparência. Mas mais transparência abre também o caminho para mais controle e o aumento da vigilância e da disciplina. Ou seja: Num momento histórico em que na metrópole o princípio do *time is money* acabava se tornando o referencial principal da reprodução social, fazendo com que a disponibilidade de indivíduos obedientes em grande escala tenha se tornado um imperativo categórico, a aplicação da racionalidade instrumental e dos seus métodos de controle à natureza interna das classes subalternas ganhava cada vez mais importância.

A primeira vista, o avanço desta tendência tem sido negligenciado pelo seu contemporâneo Karl Marx, o profeta da revolução proletária que, já na *Ideologia Alemã*, escrita com Friedrich Engels entre 1845 e 1846, abordava o operariado como uma classe social que "se liberou de todo o velho mundo e o enfrenta de maneira antagônica" (MEW Band 3, p. 60, tradução T.M.). Partindo do princípio de que "o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma," (Marx 1980, p. 559), acreditava que o movimento operário, "surgido instintivamente das próprias condições de produção" (ibid. p. 344), acabaria assumindo o seu suposto papel de coveiro da sociedade burguesa. No entanto, na medida em que o teórico alemão investigava, de forma minuciosa, o regime fabril da grande indústria, ele mesmo fornecia argumentos sólidos contra a sua própria profecia, uma vez este regime, como ele mesmo destacava, transformava os operários em "complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles", garantindo a "subordinação técnica do trabalhador ao ritmo uniforme e a composição peculiar do organismo de trabalho" (ibid. p. 483) bem como a imposição de uma "disciplina de caserna" (ibid. p. 485) no âmbito das unidades produtivas. Além disso, mostrava que "a separação entre as forças intelectuais do processo de produção e o trabalho manual e a transformação delas em poderes de domínio do capital se tornavam uma realidade consumada" e "a habilidade especializada e restrita do trabalhador individual, despojado, que lida com a máquina, desaparece como uma quantidade infinitesimal diante da ciência, das imensas forças naturais e da massa de trabalho social, incorporadas ao sistema

de maquinas e formando com ele o poder do patrão." (ibid. 484) Ou seja: Por mais que Marx tenha insistido que a própria dinâmica do capitalismo estava criando "os elementos formadores de uma sociedade nova e os destruidores da sociedade antiga" (ibid. p. 575); em sua análise da subsunção real do trabalho ao capital realçava magistralmente o caráter eminentemente repressivo da socialização capitalista que, da mesma forma em que associava os antigos produtores isolados no mesmo local de trabalho, os empobrecia do ponto de vista de suas capacidades físicas e intelectuais.

Mas desta maneira o crítico da economia política do capital contradizia o profeta da revolução proletária quando este, em sua abordagem sobre a *Tendência Histórica Da Acumulação Capitalista*, afirmava que era através da "exploração de muitos capitalistas por poucos" que "desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum" (Marx, 1980, p. 881), promovendo, nestes termos, a ideia fantasmagórica de que o próprio movimento do capital estava abrindo o caminho de sua autodestruição.

Contudo, é importante realçar que uma abordagem política desta natureza estava altamente atrativa para as crescentes organizações operárias de cunho socialista no final do século XIX. Permitia-lhes combinar a glorificação do proletariado como suposto construtor de um novo mundo com a expectativa teleológica de que a produção capitalista geraria - "com a fatalidade de um processo natural" (Marx, ibid.) - a sua própria negação. Nos anos 20, a socialdemocracia alemã realçava que, em consequência da *trustificação* da economia, estava se formando um "capitalismo organizado" que deveria ser direcionado cada vez mais pelo estado e, em termos políticos, acoplado ao regime da democracia parlamentar. Diferentemente disso, os representantes do bolchevismo negavam com veemência a possibilidade da superação pacífica do poder político e econômico da classe dominante. Mas apreciavam os métodos de gestão e de produção das companhias estatais e privadas de grande porte como referencial norteador para o projeto socialista. Ou seja, neste mesmo quesito, socialdemocratas e bolcheviques, irmãos inimigos do movimento operário europeu, fecharam conjuntamente os olhos diante

do fato de que na relação entre capital e trabalho está inscrita “a dominação dos trabalhadores sob a aparência de exigências técnicas inflexíveis” (Gorz 1982, p. 44) que obviamente não será superada pela simples passagem da propriedade jurídica dos meios de produção da mão de empresários privados para a mão do estado.

“Quanto mais complicada e mais refinada a aparelhagem social, econômica e científica, para cujo manejo o corpo já há muito foi ajustado pelo sistema de produção – escreveram Adorno e Horkheimer (2006, p. 41) cem anos depois da publicação do Manifesto Comunista - tanto mais empobrecidas as vivências de que ele é capaz. Graças aos modos de trabalho racionalizados, a eliminação das qualidades e sua conversão em funções transferem-se da ciência para o mundo da experiência dos povos e tende a assemelhá-los de novo ao mundo dos anfíbios. (...) A impotência dos trabalhadores não é mero pretexto dos dominantes, mas a consequência lógica da sociedade industrial.”

Contudo, esta avaliação que trazia à tona a dinâmica pela qual “a imaturidade dos dominados” estava sendo alimentada pela “hipermaturidade da sociedade” que, por sua vez, acabava bloqueando a capacidade do suposto sujeito revolucionário de “poder tocar o intocado com as próprias mãos” (ibid. 41), veio da caneta de dois intelectuais alemães que, em seu exílio norte-americano, tinham se tornado observadores angustiados da ascensão da barbárie do fascismo e da carnificina de mais uma Guerra Mundial.

Neste contexto, vale lembrar que, em 1933, primeiro ano do regime nazista na Alemanha, os Estados Unidos hospedaram, na cidade de Chicago, a Exposição Mundial “O Século do Progresso” que tinha adotado o lema “A Ciência pesquisa, a tecnologia executa, o homem obedece.” (cit. in: Mitschein 2010, p. 19). Tratava-se de um evento de envergadura internacional que, com o mencionado *slogan*, transmitia, de forma emblemática, o *Zeitgeist* de uma época que, baseado numa fé inabalável na atividade técnico-científica como norteadora inatacável da organização da sociedade industrial, cobrava do operariado a disposição de se sujeitar às regras das vigentes relações de poder. Contudo, por mais que a partir do mencionado processo de deslocamento do eixo da dominação da punição para a vigilância este *espírito* tenha entrado nos poros e nas mentes das classes subalternas nos centros do mercado mundial, em suas regiões periféricas, onde as condições de

trabalho continuavam sendo determinadas mais pelo látigo do feitor de escravos do que pelo despotismo do código da fábrica, os povos colonizados resolveram de não mais obedecer aos *stakeholders* de impérios europeus que tinham se acostumado de olharem para si mesmos como "os Senhores da espécie humana". (Hobsbawm 1996, p. 199). Durante as primeiras décadas depois de 1945, na Ásia e na África, as populações das antigas colônias acabaram conquistando a sua independência política.

V

As duas guerras mundiais, manifestações agudas da crise profunda da civilização ocidental, proporcionaram o desacoplamento da Rússia e da China do mercado mundial e, ainda, levaram ao desmoronamento definitivo dos impérios coloniais da Europa. Mas mesmo considerando que partes das elites destes mesmos impérios encaravam a descolonização política na Ásia e na África com bastante resistência – basta mencionar episódios como a tentativa dos holandeses de reconquistar o seu domínio colonial na Indonésia em 1947 e 1948, as guerras da França na Indochina (1946- 1954) e na Argélia (1954 –1962) ou a crise de Suez em 1956 -, o colonialismo clássico estava incompatível com a *pax americana* no mundo ocidental³ e com o funcionamento de um sistema global altamente polarizado pelo conflito sistêmico entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Contudo, por mais que as duas superpotências tenham transformado o mundo recém-descolonizado num objeto de acirradas disputas que travavam sobre a manutenção e/ou ampliação das zonas de sua influência em qualquer território deste planeta, os líderes das nações emergentes das regiões periféricas do mercado mundial mostravam pouca inclinação para se alinharem de forma automática à um dos dois blocos em questão. Externavam a sua postura de *non-alignment* em 1955 na Conferência de Bandung na Indonésia, onde os delegados asiáticos e africanos se apresentavam como representantes de um assim chamado Terceiro-Mundo,

- Introduzindo na pauta da política internacional o conflito Norte-Sul,
- Insistindo na constituição de uma força autônoma dos não-alinhados como meio de suporte à modernização administrativa e econômica dos seus respectivos países nos moldes da civilização ocidental e
- Defendendo as suas linhas de ação, via de regra, com posições ideológicas altamente heterodoxas que misturavam ideias nacionalistas,

³ Nesta época, os Estados Unidos, além de disporem de quase dois terços das reservas internacionais de ouro, eram responsáveis pela metade da produção industrial e do transporte mundial. Ou seja, em termos econômicos, “o mundo estava em suas mãos” (Kennedy, *ibid.* e o comércio internacional incompatível com a manutenção de monopólios colônias).

desenvolvimentistas e socialistas⁴.

É óbvio que, diante do conflito sistêmico entre os Estados Unidos e a União Soviética, podiam associar as estratégias de modernização dos seus países à economia de mercado do bloco ocidental ou à economia de comando da União Soviética. Contudo, a escolha entre estas duas opções passava longe dos campos técnico ou acadêmico. Dependia das relações de poder no interior das próprias sociedades pós-coloniais. Se os maoístas da China acabavam referenciando o modelo soviético, era porque lideravam, depois de uma guerra revolucionária de vinte e cinco anos, a maior e mais poderosa revolução camponesa do século XX que tinha quebrado a resistência da *burguesia compradora* contra a redistribuição da terra. E se na Índia dos anos 50 o governo Nehru venerava o modelo soviético de industrialização, mas renunciava, ao mesmo tempo, à reforma agrária, era porque não estava disposto de comprar o conflito com os grandes *landlords* e o seu poder secularmente acumulado. Ou como escreve Ugo Pipitone (1995, p. 279): “mientras el Estado índio miraba al desarrollo industrial como la llave maestra para arrastrar el campo para la modernización, los campesinos, en espera que los *trickle down* los alcanzara, quedaban de hecho prisioneros de lo que um observador de la realidad agrária da Índia calificava como la *unholy trinity*: terratenientes, usureros y acaparadores, a menudo por cierto, sintetizados em uma sola persona.”

Entretanto, cabe destacar que os defensores de ambos os modelos de regulação, não obstante os embates políticos que travaram especialmente na época da *guerra fria*, compartilhavam a hipótese de que a integração definitiva dos países do Terceiro Mundo na órbita da civilização industrial era a única solução para estes superarem definitivamente as mazelas herdadas do seu passado colonial. Mas, desta maneira, não apenas reconheciam a suposta validade universal dos métodos de dominação de uma civilização ocidental⁵ que, aplicados pelos agentes do

⁴ A título de exemplo, vale mencionar personalidades de destaque como Jawaharlal Nehru da Índia que, formado na Inglaterra e fascinado pelos planos quinquenais da Rússia Soviética, realçava a necessidade de juntar as “coisas melhores” do capitalismo e do socialismo em benefício dos países do Terceiro Mundo; Julius Nyerere da Tansânia que insistia na viabilização de um “socialismo africano” a partir das comunidades rurais do seu país e Gamal Abdel Nasser do Egito que estatizava o canal de Suez, ampliava o controle estatal na indústria e no setor bancário e, ao mesmo tempo, perseguia sistematicamente o Partido Comunista, que, conforme os representantes do seu regime, colocava em xeque a unidade da nação.

⁵ A título de exemplo, vale mencionar que: os povos da América Latina não tinham mais como usar em benefício próprio as montanhas de metais preciosos, das quais a metrópole tinha se apropriado na “pré-história do capital” (Marx); o comércio triangular entre a Europa, a África e as Américas tinha estabelecido a partir do

colonialismo, tinham transformado os povos da periferia do sistema mundial em "maquinas vivas de trabalho" (Marx) para os ascendentes impérios europeus.

Ao mesmo tempo, se sujeitaram à uma corrida desenvolvimentista na qual, devido ao peso de sua história colonial, entravam de forma altamente desvantajosa.

E, dentro de pouco tempo, tornou-se claro que esta mesma corrida, tingida com as mais diversas cores ideológicas, não gerava os resultados esperados.

Contudo, os acalorados debates, travados por iniciativa da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) sobre a necessidade da implantação de uma Nova Ordem Econômica Mundial que devesse redefinir **politicamente** as regras das **trocas econômicas** entre o Norte e o Sul, se davam no âmbito de um acelerado processo de globalização econômica que acabava envolvendo, de maneira crescente, o sistema bancário. E este último, dispondo de uma crescente liquidez financeira, oriunda do declinante nível de investimentos produtivos nos países do Norte que se devia à queda da taxa de lucro nesta parte do mundo e, em parte, à abundância dos petrodólares da *Organização dos Países Exportadores de Petróleo* (OPEC), começava a juntar “a fome com a vontade de comer”: os bancos privados, descobrindo a periferia do mercado mundial como campo de aplicação dos seus recursos financeiros e as elites políticas e econômicas do Sul, procurando meios adicionais para avançar na implementação de suas metas de modernização, assumiam o compromisso de pagar os juros e o principal dos créditos contratados com os futuros lucros dos projetos produtivos, iniciados com estes mesmos créditos. À primeira vista, tinha se encontrado o *Ovo de Colombo*, uma vez que, naquele momento, era o próprio mercado que disputava por juros extremamente baixos e até negativos o financiamento dos anseios desenvolvimentistas do Sul. Entretanto, esta estratégia de utilizar os recursos da “poupança externa” para ampliar e/ou consolidar projetos de modernização em nível nacional acabou levando um profundo revés em 1982 com a crise da dívida externa que, ao transformar os países devedores em exportadores líquidos de capital, gerava justamente o contrário

século XVI na costa ocidental do continente negro um ambiente de terror, dominado pela alternativa de ser caçador de escravos ou escravo que, por sua vez, acabou comprometendo a continuidade evolutiva dos povos africanos (Pipitone 1995, p. 316) e países como a Índia ou a China foram desindustrializados manu militari, já que, depois da introdução da máquina a vapor na Inglaterra, foram forçados de abrir os seus mercados para os produtos mais baratos do centro metropolitano.

daquilo que os defensores do ciclo da industrialização endividada tinham prognosticado. Mas esta crise e os seus altos custos sociais e ambientais não acentuavam apenas o fato de que a integração dos países do Sul numa economia cada vez mais globalizada intensificava a sua desintegração nacional no sentido de aprofundar, no âmbito de suas próprias fronteiras, a marginalização de amplos segmentos sociais e até de regiões inteiras. Ao mesmo tempo, sinalizava de forma mais clara que as modalidades e a dinâmica da internacionalização do capital produtivo e financeiro estavam substituindo a tradicional divisão de trabalho entre centros metropolitanos e regiões (semi)-periféricas por um sistema econômico internacional que pode ser comparado à um arquipélago (Veltz 1996): Nele criam-se relações privilegiadas entre as ilhas de destaque (*global cities*) que intercambiam informações, tecnologias e capitais dia e noite com uma velocidade inédita, mas no que diz respeito aos espaços *in between*, eles, do ponto de vista de sua relevância econômica, se tornam literalmente terras afundadas. E as ilhas que não cuidarem de sua competitividade sistêmica, viram com facilidade terras afundadas e os “afundados” que querem colocar a sua cabeça para fora da água, devem estar à procura dos famosos nichos nos mercados globais, adotando com afincamento a filosofia do “cooperar para competir”⁶.

De qualquer maneira, as modalidades de funcionamento neste arquipélago seguem uma lógica implacável que

- Acabou colocando em xeque todos os modelos de regulação social que tinham sido estabelecidos durante o conflito sistêmico entre os Estados Unidos e a União Soviética, fazendo com que, depois da *Caída do Muro de Berlim*, o neoliberalismo tenha se afirmado como referencial hegemônico em todos os cantos desta assim chamada *vila global*;
- Proporcionou no hemisfério Norte uma crescente convivência de espaços altamente prósperos com áreas socialmente deprimidas, traduzindo, assim, a gradual retirada do então badalado *Estado de Bem Estar*
- Se manifesta no hemisfério Sul através do flagrante contraste entre os assim chamados *Least Developed Countries* (LDCs), por sua vez, cada vez mais

⁶ É a famosa receita dos clusters que continua sendo vendida aos “afundados” do mundo inteiro como um raio de luz na escuridão de um túnel sem fim.

dependentes das minguadas transferências técnico- financeiras da cooperação internacional e um reduzido número de *Newly Industrialized Countries (Nics)* como os BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia, África do Sul) que, em 2015, responderam por notáveis 22,5% do PIB mundial, mas abrigam aproximadamente 40% da população mundial. No que diz respeito aos mencionados NICS, o seu indubitável sucesso econômico encontra fatalmente o seu lado gêmeo na acelerada destruição dos ecossistemas locais, regionais e globais que, atualmente, está revelando a sua dimensão mais dramática no âmbito da questão climática. Se os treze bilhões de toneladas de gás carbônico que - de acordo com os especialistas - os oceanos e a biomassa terrestre podem absorver anualmente forem respeitados como um limite natural intransponível e os 7,5 bilhões de habitantes do planeta tivessem o mesmo direito à poluição destes sumidouros, neste caso ninguém poderia emitir mais do que 1,7 toneladas de gás carbônico por ano. Só que nos Estados Unidos cada habitante ultrapassa este volume por aproximadamente nove vezes. E suponhamos que os habitantes da China e da Índia alcançassem a média dos atuais estilos de vida dos norte-americanos, somente as suas emissões de dióxido de carbono ultrapassariam o volume de CO₂ que, em 2013, todos os países do planeta terra tinham depositado na atmosfera. No entanto, por mais que um cenário deste tipo esteja ameaçador para a humanidade toda, os seus impactos mais nefastos afetarão os setores sociais de baixa renda daqueles países do Sul que se destacam pela sua alta vulnerabilidade a efeitos da mudança climática como inundações, secas, tempestades e a elevação do nível do mar, se tornando um pesadelo especialmente para a população de megalópoles na Ásia como Mumbai, Calcutta, Manila, Bangkog ou Dacca⁷.

Diante deste quadro, revelando um hemisfério Sul cada vez mais polarizado em termos socioeconômicos e vulnerável do ponto de vista de suas bases ecológicas, fazemos questão de trazer à memória a voz do médico, psiquiatra e militante da Frente de Libertação (FLN) da Argélia Frantz Fanon que, nos anos 50

⁷ A título de exemplo, basta mencionar a passagem do Tufão Haiyan em novembro de 2013 pelas Filipinas que, poucos dias antes da realização da United Nations Climate Change Conference na cidade de Varsóvia em Polónia, deixou o seu rastro de devastação num país arquipélago que tem um PIB per capita de aproximadamente US\$ 3.000.

do século passado, desafiava com verve o coro dos desenvolvimentistas no Terceiro Mundo.

“Não percam tempo - ele escreve em sua obra principal, “Os Condenados da Terra” (2010, p. 358), publicado em 1961, no ano de sua morte – em estéreis litâneas ou em mimetismos nauseabundos. Deixemos essa Europa que fala sem parar do homem e, ao mesmo tempo, o massacra em todos os lugares em que o encontra. Há séculos, a Europa deteve a progressão dos outros homens e os subjugou aos seus desígnios e à sua glória, há séculos, em nome de uma suposta “aventura intelectual”, ela estrangula a quase totalidade da humanidade. (...) A Europa se recusou a toda humildade, a toda modéstia, mas também a toda solicitude, a toda ternura. Ela só se mostrou parcimoniosa com o homem, mesquinha, carniceira, homicida. (...) Podemos fazer tudo hoje, com a condição de não imitar a Europa, com a condição de não ter a obsessão de alcançar a Europa. (...) O Terceiro Mundo está hoje como uma massa colossal, cujo projeto deve ser tentar resolver os problemas para os quais essa Europa não deu solução.”

Mas como os povos recém descolonizados dariam soluções aos seus dramáticos problemas sociais e econômicos numa situação em que, nas palavras do próprio Fanon, "a apoteose da independência se transforma em maldição da independência" (ibid. p, 117) e "a potência colonial, com meios enormes de coerção, (...) diz: "Já que vocês querem a independência, podem tomá-la e morram".

Nesta situação, os líderes dos ex-colonizados enfrentavam uma alternativa de difícil trato: Ou se submetiam às imposições de uma "estrutura neocolonialista" (ibid. p. 194) que condenava a esmagadora maioria da população à uma "miséria insuportável". Ou insistiram na implementação de regimes autárquicos, procurando "responder a grande fome nacional, a grande miséria nacional com os meios miseráveis de que dispõe(m)." (ibid. p. 118)

No entanto, Fanon colocava pouca fé em políticas da segunda via, uma vez que, conforme ele, exigiam de “músculos atrofiados (..) um trabalho desproporcional.” (ibid. p. 118) Além disso, não nutria ilusão nenhuma sobre as tendências de usurpação do poder nas novas nações por reduzidos grupos da nova elite, desligados das necessidades básicas do povo e dispostos a se submeterem às

determinações das potências (neo)-coloniais. Insistia, por esta razão, na conscientização política das classes populares, destacando, inclusive, que num país subdesenvolvido a liderança do partido deve “fugir da capital nem da peste”, concentrando as suas atividades nas áreas rurais para “ativar os territórios mortos, as regiões que ainda não despertaram para a vida.” (ibid. p. 215) Ou como escreve Jean Paul Sartre (ibid p. 27,28) sobre Fanon em seu Prefácio aos Condenados Da Terra:

“Ele não dissimula nada: para lutar contra nós, a antiga colônia deve lutar contra si mesma. (...) O leitor é advertido severamente contra as mais perigosas alienações: o líder, o culto da personalidade, a cultura ocidental e, igualmente, a volta do longínquo passado da cultura africana. A verdadeira cultura é a revolução; isto quer dizer que ela se forja a quente.”

Mas na medida em que o intelectual internacionalista de origem caribenha denunciava o (neo)-colonialismo como forma nova de transformar a periferia num simples e ordinário apêndice econômico da metrópole e, ainda, duvidava dos resultados das vias não capitalistas ao desenvolvimento, qual seria, diante desta dupla contramão, o caminho para superar o histórico contraste entre colonizado e colonizador dentro de uma perspectiva de emancipação social? A sua resposta a esta pergunta não deixava surgir dúvida nenhuma: Defendia "a necessidade de uma redistribuição das riquezas em nível global, uma vez que" a humanidade, sob pena de ver-se abalada, deverá responder à esta questão" (ibid. p. 118). E aconselhava os protagonistas do Sul de resistirem à tentação de mimetizar o viés civilizatório dos seus antigos colonizadores, rejeitando com vigor a ideia de que o escravo, ao tentar se igualar ao seu amo, pudesse conquistar sua liberdade.

"Decidamos - ele escreve na Conclusão dos Condenados da Terra (ibid. 363, 365, 366, destaque T.M.) - não imitar a Europa e orientemos os nossos cérebros e músculos para uma direção nova. (...) Não se deve, a pretexto de progredir, atropelar o homem, arrancá-lo de si mesmo, da sua intimidade, quebrá-lo e matá-lo. Não, não queremos alcançar ninguém. Mas queremos caminhar todo o tempo, noite e dia, em companhia do homem, de todos os homens. (...) Logo, camaradas, não paguemos tributo à Europa, criando Estados, instituições e sociedades inspirados por ela. A humanidade espera outra coisa de nós, e não essa imitação caricatural e, no conjunto, obscena. Se queremos transformar a

África em uma nova Europa, a América em uma nova Europa, então confiemos a europeus os destinos dos nossos países. Eles saberão fazer melhor do que os mais talentosos de nós. Mas se queremos que a humanidade avance, se queremos levá-la a um nível diferente daquele em que a Europa a manifestou, **então é preciso inventar, então é preciso descobrir**. Se queremos responder à expectativa dos nossos povos, **é preciso dirigir-se a outro lugar, e não à Europa.**"

Mas qual seria este "outro lugar"? Só podia ser o conjunto dos territórios dos próprios (ex)colonizados que, depois da *via crucis* que lhes tinha sido imposta pelo colonialismo, precisavam ser revitalizados pela "caravana que não deve ser dispersada" a partir de uma perspectiva de desenvolvimento que valorizasse a diversidade dos meios naturais e culturais das comunidades envolvidas.

No entanto, por mais que a esperança do militante da FLN de que a descolonização do hemisfério Sul pudesse "mudar a ordem do mundo" (ibid. p.52) não tenha se concretizado; a sua abordagem sobre os *Condenados da Terra* continua sendo de suma importância numa sociedade globalizada em que a crescente e obcena acumulação da riqueza por parte de um reduzido número de protagonistas da economia mundial (Vitali, Glattfelder, Batiston 2011) e a concomitante negação de condições de sobrevivência minimamente civilizatórias para uma enorme parcela da população mundial continuam sendo as duas faces da mesma moeda.

Será continuado em junho de 2021